

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 22 – MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

A VOZ DAS RUAS: OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM NATAL/RN

**Lindijane de Souza Bento Almeida
(UFRN)**

**Glenda Dantas Ferreira
(UFRN)**

**Raquel Maria da Costa Silveira
(UFRN)**

**Thaysa Tainne Belo Costa
(UFRN)**

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar uma análise dos movimentos sociais urbanos em Natal considerando o seu perfil de mobilização, as possíveis rupturas em sua trajetória e as características de sua matriz ideológica entre 2013 e 2016. Parte-se do pressuposto de que os movimentos pesquisados se caracterizam por uma uniformidade no que tange ao tipo de mobilização. Além disso, apesar de suas trajetórias relacionadas à luta em torno da questão urbana, apresentam diferenciações relacionadas à motivação de sua atuação e ao resultado que pretendem alcançar. Para tanto, buscou-se, inicialmente, identificar os quatro principais movimentos presentes na cena urbana de Natal no período investigado. Nesse momento, optou-se por realizar análise de material jornalístico veiculado nos dois principais jornais locais de circulação impressa. Após a seleção dos grupos a ser estudados, foram utilizados como procedimentos a realização de entrevistas semiestruturadas e a observação direta.

1. INTRODUÇÃO¹

Os estudos que se propõem a realizar análises sobre os movimentos sociais têm demonstrado que a ação política dos cidadãos contribui para a democratização da cultura política, bem como para a reinvenção dos padrões da relação Estado-sociedade.

Ao longo dos anos, as pesquisas (GOHN, 2010; PINTO, 2012) demonstram que o perfil desses movimentos sofreu alteração, em grande medida relacionadas às transformações ocorridas no bojo do processo de redemocratização do país. Além disso, indicam transformações no relacionamento com o Estado e na forma como eles influenciam no desenho e na implementação das políticas públicas, e na própria dinâmica de interação outros atores sociais e políticos.

No Brasil, a partir do ano de 2013, período conhecido como a Primavera de Junho, um conjunto de manifestações sacudiu o país. Esse contexto se potencializou nos meses que antecederam a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas de 2016. Segundo Gohn (2017, p. 26), “em junho de 2013, as manifestações foram de protesto com repertório completamente diferente de

¹ O presente artigo constitui uma evolução das análises realizadas pelas autoras em relação aos movimentos sociais urbanos em Natal. Em um momento prévio ao presente estudo, a partir do modelo de análise de Castells (2013), foi possível compreender a Primavera de junho na Cidade do sol. Neste artigo um novo repertório de investigação teórico-metodológico foi adotado, utilizando-se as categorias analíticas propostas por Gohn (2017) como base fundamental para as novas análises.

demandas e denúncias dos movimentos clássicos (...) ou dos (...) emancipatórios, de luta por direitos e contra regimes ditatoriais”. A partir de 2014, por sua vez, a luta teve o condão de defesa e de resistência ao processo de impeachment no Brasil, destacando-se o clamor em prol da democracia.

Desse modo, o período gerou reflexão, de um lado, acerca das demandas historicamente reprimidas nas áreas social (SOUTO MAIOR, 2013) e política e, de outro, sobre o perfil dos grupos que se fizeram presentes na cena pública.

O fato é que as peculiaridades que marcam o momento atual são cada vez maiores, superando a discussão acerca dos novos movimentos, para dar lugar, por exemplo, a tipologias que os distinguem em três modelos: tradicionais, novos e novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2017). É justamente dessa discussão que partirá o presente estudo.

As pesquisas atuais sobre os movimentos sociais são diversas no que tange às perspectivas teórico-metodológicas adotadas. Diante disso, o presente estudo utilizará o aporte de Gohn (2017) e Pinto (2012) a fim de apresentar uma análise dos movimentos sociais urbanos em Natal considerando o seu perfil de mobilização, as possíveis rupturas em sua trajetória e as características de sua matriz ideológica entre 2013 e 2016.

Para tanto, inicialmente, diante dos vários movimentos existentes, foi necessário selecionar os grupos de maior destaque nas manifestações ocorridas entre 2013 e 2016 em Natal. Foram pesquisadas e analisadas 130 reportagens veiculadas pelos dois principais jornais locais no período. Em seguida, os registros das notícias foram inseridos numa base de dados construída em SPSS, realizando-se a sua análise a partir da observação das temáticas de reivindicação mais recorrentes entre os movimentos sociais urbanos, estabelecendo-se um ranking dos movimentos mais citados.

A partir desse procedimento, foram selecionados para a realização do presente estudo o Levante Popular da Juventude (LPJ); o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); o Comitê Popular da Copa e a Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC).

O passo seguinte foi a utilização do referencial de Gohn (2017) para analisar os movimentos sociais natalenses, identificando-os, a partir da sua

identidade e do seu repertório de demandas, enquanto tradicionais, novos ou novíssimos.

Após tal classificação, por sua vez, foi realizada uma caracterização geral a partir da combinação dos aspectos definidos por Pinto (2012), apontando-se os principais traços que poderão estar presentes nos movimentos natalenses identificados como tradicionais, novos ou novíssimos.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS: OLHARES E ENFOQUES

A literatura sobre os movimentos sociais é ampla e contém múltiplos modelos de análises que, de fato, refletem a fragmentação do campo temático. Como chama a atenção Gohn (2012, p. 32), "isto tem levado ao ecletismo nas interpretações contemporâneas onde convivem teorias com focos diversos (culturalistas, materialistas, pós-coloniais, institucionalistas, etc.), as quais utilizam um repertório de categorias analíticas oriundas de diferentes matizes paradigmáticas". No entanto, como ressalta Céli Pinto (2012, p. 129):

a história recente dos movimentos sociais e sua própria existência como construto teórico estiveram sempre associadas à sociedade civil e à esfera pública não oficial. Suas manifestações foram analisadas como reação ao político institucional, tanto nos regimes autoritários/totalitários como nos regimes democráticos.

Nesse sentido, o que se tenta explicar é o padrão de relacionamento dos movimentos sociais com o Estado, o qual era colocado em polo oposto à sociedade, e esta, por sua vez, como uma alternativa ao Estado². Em várias partes do mundo, questionando-se os limites da democracia representativa, os novos movimentos sociais demonstram que a ação política dos cidadãos pode, de fato, contribuir para a democratização da cultura política, bem como para a reinvenção dos padrões da relação Estado-sociedade.

Na atualidade, são observadas novas relações dos movimentos sociais com as políticas públicas e outros atores sociais e políticos. Observa-se, ainda, que a atuação de novos atores de movimentos sociais, uma vez incorporados às diferentes instâncias estatais, resulta em formas de participação social

² Ver ARATO e COHEN, 1994; GOHN, 1997, 2008, 2012; MELUCCI, 2001.

também diversa, as quais têm provocado alterações no padrão da administração pública brasileira. Ou seja, as novas posições assumidas pelos movimentos sociais no cenário político-institucional, gerou um diálogo em redes com outros atores sociais. Estes passaram a ocupar os espaços de representação da sociedade civil organizada, não estando mais, por conseguinte, à margem do Estado.

Dessa forma, padrões de ação coletiva passaram a pautar a organização dos movimentos e, como consequência, ampliaram a mobilização em torno da política urbana. Dentro desse mesmo cenário, no contexto da realização da Copa do Mundo FIFA 2014, o governo federal passou a encontrar resistência por parte de atores externos e internos ao governo. Nesse contexto, a ideia subjacente era de que a Copa não apenas invertia a lógica da administração pública como também introduzia um questionamento bastante conflituoso na sociedade brasileira: como investir em estádios se não existia a garantia dos direitos sociais e do direito à cidade?

Diante do contexto acima esboçado, tornou-se possível ratificar as ideias de Castells (2013) relacionadas aos movimentos sociais na contemporaneidade. Para o autor (2013, p. 157), "ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social". O autor avança chamando atenção para o fato de que os movimentos sociais que surgiram pelo mundo, nos últimos anos, apresentam uma série de características comuns, as quais são fruto da crise econômica estrutural (dada a crise financeira de 2008) e de uma crise de legitimidade (encolhimento do Estado de bem-estar social).

Para Castells (2013, p. 158), os movimentos sociais contam com uma "autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte". Dessa forma, para o autor, os novos movimentos sociais apresentam características em comum. Em resumo, esse autor concebe que:

esses movimentos sociais em rede são novos tipos de movimento democrático - de movimentos que estão

reconstruindo a esfera pública no espaço de autonomia constituído em torno da interação entre localidades e redes da internet, fazendo experiências com as tomadas de decisão com base em assembleias e reconstituindo a confiança como alicerce da interação humana. [...] Eles enfatizam as contradições entre uma democracia baseada no cidadão e uma cidade à venda pelo lance mais alto. [...] O legado dos movimentos sociais em rede terá sido afirmar a possibilidade de reaprender a conviver. Na verdadeira democracia. (CASTELLS, 2013, p. 177).

No seio dessa discussão, Gohn (2017) destaca que, a partir do ano de 2013, frente a um novo ciclo de lutas e protestos políticos no Brasil, o que se observa é “a construção e a confrontação de várias culturas políticas, com repertórios, narrativas, visões e formas de criar representações sobre a coisa pública, tanto entre os movimentos tradicionais, os novos e os novíssimos” (GOHN, 2017, p. 18-19).

Segundo Gohn (2017), quando os chamados novos movimentos sociais surgiram, no final da década de 1970 e 1980, organizaram-se em torno de questões relacionadas à etnia, gênero, cultural e ambiental, ou por demandas sociais urbanas, como é o caso da moradia, transporte e saúde. O fato é que, como destaca a autora, os novos movimentos “buscavam se firmar pela identidade que construía – ser mulher, ser negro, ser jovem, ser índio, ser morador da periferia etc.” (GOHN, 2017, p. 20). Uma outra categoria trazida pela autora são os movimentos sociais *clássicos*, os quais não apenas são os mais antigos na história, mas representam parte da trajetória de construção da classe trabalhadora, da luta por melhores condições de vida e trabalho, bem como da luta dos estudantes do ensino superior (GOHN, 2017).

Baseada em Ribeiro e Machado (1985) que chamavam a atenção para não classificar como novo meras novidades que não indiquem transformações substantivas, Gohn (2017, p. 13), constrói a seguinte interpretação com relação ao “novo”:

É uma construção histórica advinda da práxis (pensar e agir), decorrente da ação dos diferentes sujeitos sociopolíticos – quer sejam ativistas, militantes, simpatizantes, lideranças ou grupos de elites ou governantes. O novo nasce do velho, a partir de estruturas que se transformam e se decompõe num processo dialético. Portanto, o novo não resulta de um processo estrutural, mecânico, algo posto de fora para dentro, algo que

nunca tinha existido. O novo se instaura na realidade a partir da ação humana, construída por diferentes sujeitos, e gera narrativas que buscam dar sentido e direção a essas ações.

Para a autora, o que qualifica o novo, “é o desenrolar dos fatos, as disputas, as lutas, na cena político-social, econômico e cultural”, “o novo é datado”, trata-se, de uma “construção histórica” (GOHN, 2017, p. 14). Em suma, a autora destaca que as diferenças entre os movimentos sociais novos e os clássicos recaem nas “práticas organizacionais que geram cultura política (mais democrática ou mais centralizadora), mas isso não os impede de selar alianças e apoios recíprocos na luta pela defesa de direitos [...]”, como observado na construção das denominadas “Frentes” (GOHN, 2017, p. 22).

Enquanto que, nos últimos anos, a construção da identidade dos novíssimos movimentos sociais, conforme destaca Gohn (2017, p. 22):

é algo complicado porque eles são diversificados em termos de referências, que são múltiplas, cruzando faixa etária (ser jovem), gostos, pertencimentos a grupos na mídia social, adesão a luta de alguma “causa”, conjunto de valores, ideologias motivadoras etc. A forma movimento deixou não só de ser hegemônica como também aglutinadora de identidades.

De acordo com a autora (2017, p. 11), “as ocupações de escolas, protestos e passeatas representam um campo de renovação do movimento dos estudantes e dos jovens em geral, entre 2015-2016. Assim como muitos coletivos de junho de 2013 e o próprio Movimento Passe Livre: autonomia, horizontalidade e redes de solidariedade direta são seus princípios, numa trama de redes de sociabilidade”.

Contudo, conforme Gohn e Bringel (2012, p. 12), muitas das novas práticas dos atores sociais na contemporaneidade ocorrem no interior de movimentos sociais já existentes, chamando a atenção para o fato de que “as ‘novidades’ convivem com as ‘continuidades’, motivo pelo qual os movimentos podem ser entendidos como objeto/sujeito privilegiado de atores e práticas sociais que, assim como as identidades, estão em contínua reinvenção”

Nesse sentido, ao analisar os movimentos sociais contemporâneos da Espanha e do Chile, Pinto (2012), elenca cinco novidades presentes nesses movimentos, chamando a atenção para a maneira como tais novidades se

relacionam. A primeira novidade diz respeito à postura dos movimentos sociais em relação à sociedade e ao Estado. A autora acredita que não se está mais diante de movimentos sociais “que se colocam como apolíticos e não ideológicos. O enfrentamento ocorre com os governos, com os partidos e com a própria estrutura de uma democracia de elite” (PINTO, 2012, p. 137).

A segunda novidade refere-se à presença da internet e do uso do telefone celular. Segundo Pinto (2012), pode-se compreender tal novidade como forma de organização desses movimentos sociais. A utilização dos aparelhos móveis caracteriza a “possibilidade de uma comunicação imediata, que permite uma grande mobilidade e capacidade de ocupação de espaços”, de outro lado, o uso da internet “transforma o movimento em algo muito aberto e acessível [...] possibilita a organização em redes que começam em quadras, passam por bairros, zonas, cidades, até grandes centros” (PINTO, 2012, p. 138).

De acordo com Gohn (2017), é nesse contexto, portanto, que os novíssimos movimentos sociais aparecem com seu grande poder de formação de opinião pública:

por isso os novíssimos movimentos sociais criados na era da internet são, de um lado, plurais, mais autônomos, mais horizontais porque nascem de redes de grupos ou coletivos. Mas, de outro, a própria rede atua como uma organização-suporte por ser a rede de interação e compartilhamento de crenças e valores. Atua, portanto, como filtro que agrega ou separa correntes e contracorrentes (GOHN, 2017, p. 24-25).

A terceira novidade diz respeito ao fato de que são movimentos sociais liderados por jovens, os quais, segundo Pinto (2012), tenderam, nas últimas décadas, a afastar-se da cena política. A quarta novidade consiste na relação dos movimentos com os espaços público, ou seja, são movimentos que “se apropriam da geografia das cidades, transformando praças e calçadas em lugares de discussão e de construção de discursos e do próprio movimento” (PINTO, 2012, p. 139). Nesse contexto, a visibilidade ampliada dos movimentos sociais que se desenvolveram nas ruas contribuiu para a quinta novidade elencada por Pinto (2012): capacidade de agregar diferentes segmentos, e o alastramento da própria luta de tais movimentos.

Como destaca Gohn (2017, p. 12) “as manifestações e os protestos [...] revelaram diferentes modelos de movimentos sociais na atualidade, com identidades, propostas e perfis políticos-ideológicos distintos, formando um leque diversificado de correntes e contra correntes”. Diante dessa concepção, realizou-se pesquisa em Natal, estudando os movimentos sociais urbanos atuantes na cidade, considerando o seu perfil de mobilização, as possíveis rupturas em sua trajetória e as características de sua matriz ideológica.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS EM NATAL: quando novos e novíssimos atores entram em cena

Na presente seção, será realizada uma caracterização geral dos movimentos sociais que apresentaram atuação expressiva, em Natal, no período recente. Em seguida, os aspectos destacados serão relacionados com os principais elementos teórico-analíticos abordados por Gohn (2017), o que permitirá identificar no contexto local os modelos indicados pela autora. Por fim, será apresentada uma matriz analítica a partir do cruzamento entre a teoria estudada e a *práxis* dos movimentos investigados.

O primeiro ator estudado é o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), o qual surgiu, nacionalmente, em 1999. No Rio Grande do Norte, o grupo somente inicia a sua articulação em abril de 2004 (GUIMARÃES, 2013). A luta desse movimento se relaciona com a discussão em torno da reforma urbana e do direito à moradia. De uma forma geral, questiona a propriedade privada que caracteriza o modo de produção capitalista.

O Levante Popular da Juventude, por sua vez, iniciou a sua luta em 2012, organizando a sua atuação a partir do meio estudantil, das periferias dos centros urbanos e dos setores camponeses. A luta ocorre em contraponto ao sistema capitalista patriarcal-racista, envolvendo temas relacionados à dominação entre culturas, destruição do meio ambiente, opressão e exploração de mulheres, assassinato da juventude negra, bem como contra o preconceito à causa homoafetiva.

O terceiro movimento estudado, O Comitê Popular da Copa - Natal, constitui-se como um grupo oriundo da Articulação Nacional dos Comitês

Populares da Copa – ANCOP, presente nas 12 cidades que sediaram os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, ocorrida no Brasil. O seu principal objetivo era estimular, nos governos municipais e estaduais, a garantia de um processo amplo e democrático de discussão acerca de qual deveria ser o legado dos megaeventos esportivos no e para o país. No caso de Natal, pode-se destacar que a dinâmica de atuação do Comitê Popular, a partir do envolvimento de lideranças comunitárias, se deu de formas variadas, com destaque para: a participação e a promoção de debates, a realização de seminários e de atos públicos com as secretarias municipais e estaduais envolvidas na realização do referido megaevento.

A Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC) foi criada no Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro de 2012. O surgimento dessa associação foi resultado de iniciativas de lideranças comunitárias que se encontravam, à época, envolvidas em diversos movimentos sociais. Essa associação atuava como organismo jurídico que representava legalmente os atingidos pelas obras da Copa em Natal, uma vez que o Comitê Popular não era institucionalizado para exercer tal representação.

Realizada a caracterização geral dos atores estudados, em Gohn (2017) é possível encontrar importantes contribuições para se pensar os movimentos sociais no decorrer da história. A autora apresenta, agora, mais uma categoria que permite pensá-los a luz das transformações ocorridas na relação triádica entre Estado, sociedade e capital, sobretudo na contemporaneidade.

Para Gohn (2017), algumas características básicas distinguem os movimentos em modelos. Tais aspectos, destacados anteriormente, serão, a seguir, dispostos em um quadro síntese, o qual auxiliou na classificação dos movimentos estudados na presente pesquisa.

Quadro 01: Síntese das características dos movimentos sociais a partir de Gohn (2017)		
TRADICIONAIS	NOVOS	NOVISSIMOS
Fazem parte da trajetória de construção da classe trabalhadora	“Nasce do velho, a partir de estruturas que se transformam e se decompõem no processo dialético” (GOHN, 2017, p. 13). Datado – surgem a partir da segunda metade do século XX.	Múltiplas referências/preferências.
Estruturas rígidas. Estruturas organizacionais centralizadas. Focalização em líderes ou lideranças. Hierarquização.	São identitários e culturais e tem uma cultura política mais democrática e menos centralizadora	Estruturas não tradicionais e não centralizadas. Cruzamento de faixa etária – “ser jovem”.

As relações sociais são mais homogêneas, verticalizadas.		
São herdeiros de lutas por melhores condições de vida e de trabalho	Pode ser uma volta a valores passados. Ao redor de questões de gênero, etnia, culturais e ambientalistas ou como movimentos populares de demandas sociais urbanas.	Ideologias motivadoras. Adesão à luta de alguma causa. Não são homogêneos e representam diferentes correntes e contracorrentes.
Agregam-se em identidades fixas, pouco se reinventam, realizam mínimas transformações no modo centralizado de operar seus repertórios e se relacionar com suas bases.	Focalização em processos participativos institucionalizados e em programas e projetos criados pela administração pública.	Agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais. Autonomia e horizontalidade como valores e princípios básicos. Plurais. Experiências tópicas ou mais permanentes, fragmentadas ou mais articuladas.
O ambiente virtual como ferramenta de apoio, mas não vetor ou veículo básico de comunicação, interação e adesão.	Articulação em rede. É o desenrolar dos fatos, as disputas, as lutas, na cena político-social, econômico e cultural que o qualificam.	Mídia social – pertencimento a grupos na mídia.

Fonte: Elaboração própria a partir de Gohn (2017).

Com base no quadro 01, foi possível estabelecer a categorização dos movimentos sociais investigados em Natal. A partir dos resultados obtidos com as entrevistas realizadas, identificou-se, especificamente entre os atores estudados, a inexistência do modelo tradicional ou clássico – o que não significa que tal tipologia não possa ser encontrada em Natal. Apenas o MLB apresentou aspectos que, em alguma medida, o enquadravam como novo movimento social, como, por exemplo, (a) a própria luta pela moradia, (b) seu período de surgimento – diretamente relacionado com o movimento mais ampliado de Reforma Urbana na esteira do processo de redemocratização do Brasil, o qual, do ponto de vista da Política Urbana, culminou com a criação do Estatuto das Cidades; (c) a focalização em processos participativos institucionalizados e em programas e projetos criados pela administração pública – a exemplo da participação na composição atual dos Conselhos da Cidade e de Habitação; (d) a cultura política mais democrática e menos centralizadora. Em entrevista concedida aos pesquisadores, o representante do MLB assim definiu o movimento:

O MLB ele surgiu em 1999 em Minas Gerais, na chamada Vila Corumbiara. Era uma rua onde as pessoas tinham umas

tendas e o prefeito queria desabrigar elas e as pessoas começaram a se organizar. Então, o MLB surgiu inicialmente como movimento de luta nos bairros. Só que com o passar dos anos a gente ramificou em todo país. Hoje, nós temos trabalho aqui no estado do Rio Grande do Norte há 12 anos. Então, aqui em Natal foi a partir de 2004, na ocupação Leningrado que fica ali no bairro do Planalto. (...) No início, a gente só focava a casa, só que quando a gente conseguiu conquistar o primeiro projeto, a gente viu que faltaram os equipamentos. Não tinha saúde, não tinha educação, não tinha segurança, não tinha transporte, então a gente começou a se envolver nessas outras lutas, juntos com os outros movimentos que lutam nesse segmento para somar e que os projetos já viessem com isso para evitar que as pessoas vendam suas casas. (...) Hoje, a nossa principal bandeira é a moradia. E durante esse processo, a gente tenta unificar com as outras questões básicas que a pessoa precisa para viver minimamente. [REPRESENTANTE DO MLB, 2017].

As ocupações foram apontadas como a principal forma de atuação desse movimento. A mobilização ainda ocorria por meio de estratégias de diálogo presencial, não sendo a mídia identificada como vetor ou veículo básico de comunicação, interação e adesão. Conforme o representante entrevistado:

Nós chamamos algumas pessoas e saímos nos bairros, onde a gente sabe que tem a maior incidência de pessoas que moram de aluguel, que moram com parentes, então a gente chama elas para participar de algumas reuniões, explicando sobre a reforma urbana. A partir das explicações, a gente apresenta a nossa forma de lutar e elas aderem, outras não, outras não se veem morando em barraco, acham que todo barraco... toda aglomeração de barracos é favela... E a gente não. Nas nossas ocupações a gente consegue se diferenciar, até as famílias que moram no entorno, com casas de alvenaria reconhecem que o movimento é organizado, por que nós não permitimos drogas dentro da ocupação, não permitimos à venda delas, bebidas alcoólicas também, agressão familiar a gente tenta amenizar, conversar [REPRESENTANTE DO MLB, 2017].

Já os demais atores (LPJ, APAC e Comitê Popular) apresentaram características que mais os aproximaram dos novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2017). O fato é que tratam-se de grupos de constituição mais recente e que atuam em defesa de questões diversas.

Na análise acerca do Levante Popular da Juventude, foi possível perceber a presença de múltiplas referências/preferências; a existência de estruturas não tradicionais e não centralizadas, bem como da autonomia e da horizontalidade como valores e princípios básicos. Além disso, verificou-se o uso intenso e intensivo de mídias sociais com papel estratégico e como vetor

básico de comunicação, de articulação e de mobilização. Nesse sentido, destacou o representante do LPJ entrevistado:

Inclusive a gente trabalha com a juventude, né? Então, a gente tem que usar dessas ferramentas, as mídias sociais é o principal foco, a gente viu o boom de 2013 e aprendeu muito com esse processo também, então, o nosso processo de agitação e propaganda, por exemplo, que é um termo que a gente usa de propagandear uma informação de forma rápida, um vídeo curto, em uma chamada rápida, um teatro, né? A gente usa muito música também, né? Até 2012 não era como um ato de rua animado, um ato de rua com pautas propositivas, né? Onde as pessoas cantassem inclusive, não ficasse só no carro de som, a gente traz essa proposta, faixas feitas por nós mesmos, né? Então isso, a juventude foi se vendo naquilo e gostando, a gente usa muito disso para chamar a juventude para participar das atividades, não necessariamente entrar no levante, para que ela participe, debata política, mas internamente a gente acaba que utiliza ferramentas e as mídias sociais para nos organizarmos, mobilizar, por exemplo, vai ter um ato domingo a gente vai utilizar WhatsApp, Facebook (...) [REPRESENTANTE DO LPJ, 2017].

Entre a APAC e o Comitê Popular, por sua vez, foram identificados aspectos similares. Ambos utilizam as mídias sociais de forma massiva em conjunto com outras formas mais tradicionais de mobilização como a panfletagem e a realização de assembleias e reuniões; possuem estrutura não tradicional e não centralizada; são autônomos e têm a horizontalidade como valor e princípio básico e constituem-se como experiências tópicas e circunstanciais.

Esses dois grupos surgiram no período de preparação de Natal para receber os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, conforme observado. Desse modo, os dois atores atuaram intensamente no período que antecedeu o referido megaevento. Nos casos da APAC e do Comitê Popular da Copa, as articulações se iniciaram em um período anterior à Primavera de Junho, tendo ganhado força e se articulado a outras reivindicações em junho de 2013.

A atuação dos dois grupos se instituiu a partir da constatação da afetação direta de centenas de famílias que residiam no entorno das obras da Arena (Estádio Arena das Dunas) que receberia os jogos, o que ocorreria por meio das desapropriações necessárias para a realização do projeto originalmente concebido pela gestão municipal de 2008/2012 em Natal.

Naquele momento, a forma de planejamento das obras de mobilidade para a realização da Copa do Mundo em Natal se deu a partir de um planejamento de cima para baixo, excluindo a sociedade do processo de formulação dos projetos. Segundo uma das representantes da APAC, os projetos:

Chegaram pra gente prontos. A gente tentou interferir neles. A elaboração, o município dizia que tinha contratado uma empresa e a empresa fez. Os representantes da prefeitura davam entrevistas dizendo que iria haver as obras e que as obras iriam ser nas regiões, nos bairros tal e tal, e a gente não sabia, [...] porque só se sabia o que era dito nas entrevistas, mas ninguém tinha acesso ao projeto. [REPRESENTANTE 01 DA APAC, 2016].

A gente recebeu esse ofício que era muito educado, que era quase assim, “Fique feliz que você vai ser desapropriado, mas Natal vai receber a Copa! No cruzamento dos dados a gente verificou que o seu imóvel encontrasse na área que vai sofrer desapropriação e etc”, e aí começou... Aí eu fui atrás, muito mais por interesse próprio, eu queria conhecer o projeto, que projeto é esse? Porque vocês precisam derrubar tantas casas? [REPRESENTANTE 02 DA APAC, 2016].

No que tange à forma de organização, a própria representante do Comitê justificou a escolha por uma estruturação mais fluida, fragmentada e horizontal:

Os comitês são uma coisa simples, os comitês não tem burocracia, é uma coisa horizontal, qualquer pessoa adere, a gente não ia ficar preocupado em criar uma associação, CNPJ, com aquelas burocracias todas que a gente acaba perdendo muita energia nisso, ao invés de estar fazendo a discussão política, né? Então, a ideia foi aceita e ela levou a ideia para SP. [REPRESENTANTE 01 DO COMITÊ, 2016].

Sob esse formato e diante do contexto de desinformação e de insegurança causado pela ausência de transparência por parte da gestão municipal do período 2008/2012, os moradores que se viam diretamente atingidos pelo projeto passaram a fortalecer um movimento em busca de garantir os seus direitos por meio de uma proposta de alteração no projeto original.

Ao longo do processo de implementação dos projetos da Copa na cidade do Natal, diversas ações conjuntas foram realizadas pela APAC e pelo Comitê Popular. A principal foi o “pacto pela efetivação dos direitos humanos na Copa 2014”.

Durante o período eleitoral de 2012, esses atores aproveitaram o momento político para solicitar aos candidatos a chefe do executivo municipal

que assinassem um termo de compromisso, com base no qual seriam definidas garantias relacionadas à transparência e ao acesso à informação, à publicização do orçamento e ao equilíbrio dos benefícios. Além disso, o termo continha itens relacionados à atenção aos direitos trabalhistas; à defesa do Despejo ZERO na realização da Copa; ao Repúdio à “cidade de exceção”; à Participação/Consultas Públicas, assim como e outras violações de Direitos Humanos. A representante do Comitê Popular destacou acerca da atuação conjunta:

Porque no momento pré-eleição em 2012, a gente fez aperto... A gente fez um termo e propôs que os prefeitáveis no momento assinassem esse termo. (...) Propondo que os projetos fossem revistos e que nenhuma desapropriação acontecesse. (...) Carlos Eduardo assinou e na verdade não tinha validade nenhuma, porque era um termo que ele não precisava cumprir, ele tinha consciência disso enquanto gestor, mas quando completou 30 dias após ele já estar eleito (...) Lembro até que eu mandei uma mensagem e disse, “Carlos, quando é que a gente vai sentar para conversar sobre os projetos da Copa?” (...). Ele sentou com a gente com um know-how de secretários de fato, disse que não haveria mais desapropriações e isso foi cumprido, inclusive os decretos que tinham sido publicados foram revogados logo nos primeiros seis meses de gestão, e aí, ele disse que não iria mais mexer em nenhuma obra do Complexo Viário da Urbana, nem em duplicação de via e que tinha esse projeto que era ao redor da Arena, ia fazer uma audiência pública e tudo mais. [REPRESENTANTE 02 DA APAC, 2016].

A despeito dessa atuação de destaque, tanto APAC quanto o Comitê Popular tiveram a sua força arrefecida após a conclusão das obras de maior impacto relacionadas à Copa do Mundo FIFA 2014 em Natal, o que demonstrou o caráter de experiências tópicas e circunstanciais.

De modo geral, foi possível denotar que, embora esses três movimentos possam ser enquadrados como novíssimos, internamente, a pesquisa realizada indicou a existência de gradientes diversos de aderência a características que, de uma forma geral, marcam os movimentos sociais na contemporaneidade. Desse modo, tornou-se necessário aprofundar a caracterização desses movimentos, para visualizar a sua diversidade dentro de uma mesma categoria: novíssimos movimentos sociais.

Para tanto, as novidades destacadas por Pinto (2012) foram utilizadas como referencial teórico-analítico, o qual foi sobreposto aos principais achados de pesquisa. A caracterização partiu da criação de classificações que permitissem a afirmação dos movimentos enquanto total (T) ou parcialmente

(P) alinhados com as características esboçadas pela autora. Em alguns casos, por sua vez, foram encontradas realidades em que algumas delas eram completamente ausentes em nível local, ao que se atribuiu a legenda (A). A partir do estudo realizado, foi possível construir a matriz analítica dos movimentos, a qual indica, de acordo com cada movimento estudado, o seu alinhamento com as novidades verificadas por Pinto (2012) com relação aos movimentos sociais na contemporaneidade:

Quadro 02: Matriz analítica dos movimentos					
CARACTERÍSTICAS	DESCRIÇÃO	MLB	LPJ	COMITÊ	APAC
Postura dos movimentos em relação à sociedade e ao Estado	Tipo de enfrentamento que o movimento propõe. Discussões mais comprometidas com a democratização da democracia. “Não se está mais à frente de movimento sociais que apelam à sociedade civil, que se colocam como apolíticos, e não ideológicos”.	P	P	P	P
Uso da internet	Uso da internet e do celular não apenas como instrumentos de comunicação, mas como forma de organização. Possibilidade de comunicação imediata que permite grande mobilidade e capacidade de ocupação de espaços. Mobiliza-se grande quantidade de pessoas em minutos. A internet possibilita uma nova dinâmica em dois vetores diferentes: a) Horizontal, há a manifestação de todos, o que transforma o movimento em algo muito aberto e acessível (blogs, twitter, facebook); b) Vertical, possibilita a organização em redes que começam em quadras, passam por bairros, cidades e países.	A	T	P	P
Liderança Jovem	Presença da juventude como lideranças desses movimentos.	A	T	P	P
Relação dos movimentos sociais com os espaços públicos	Há uma apropriação dos espaços públicos que se tornam esferas públicas, no sentido de formação de opiniões. Apropriam-se da geografia das cidades, transformando praças e calçadas em lugares de discussão e de construção de discursos e do próprio movimento.	T	T	P	P
Capacidade agregadora de diferentes segmentos e um alastramento da própria luta	Aproximam-se de outros segmentos da sociedade. Partem de grandes questões para se organizar e ganhar mais adeptos em prol de questões específicas, assim como, revela-se o inverso, surgem como movimentos com causa específica e logo articulam questões mais abrangentes.	P	T	P	P

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa e do referencia de Pinto (2012).

Após a análise a partir de Pinto (2012), foi possível denotar, na análise intramodelo, que os movimentos APAC, Comitê e LPJ, os quais se constituem como novíssimos movimentos sociais a partir do estudo dos modelos

estabelecidos por Gohn (2017), são diversos em sua caracterização. Os novíssimos movimentos apresentaram, de forma geral, aderência total e parcial às características esboçadas por Pinto (2012), embora com variações dentro do mesmo modelo. No caso do MLB, foi possível denotar ausências, o que ratifica a sua classificação distinta dos demais - como novo movimento social.

No caso dos três movimentos enquadrados como novíssimos, os resultados das entrevistas apontam que existem variações intramodelo no tocante às características tratadas por Pinto (2012). Ou seja, a classificação do movimento como novíssimo não indica, necessariamente, que todos aqueles grupos que são classificados dessa forma apresentem o mesmo grau de alinhamento ou aderência àquelas características.

Com relação a isso, verificou-se que há uma aproximação maior entre as práticas da APAC e do Comitê, sendo que, das 05 características analisadas, o alinhamento deles ocorre de maneira parcial em relação a todas. Já o LPJ, apresenta alinhamento parcial no que se refere à Postura dos movimentos em relação à sociedade e ao Estado, uma vez que, conforme dados obtidos na entrevista com representante desse grupo, constatou-se que partidos, em sua maioria de esquerda, estabelecem relação direta com o LPJ. Em decorrência disso, as possibilidades de alinhamento total com questões que marcam os novíssimos movimentos sociais – como, por exemplo, o caráter apolítico e não ideológico – acabam sendo reduzidas.

Com relação às demais características – *uso da internet, liderança jovem, relação com os espaços públicos e capacidade agregadora de diversos segmentos* -, o LPJ apresentou um alinhamento total.

É necessário destacar que os novos e os novíssimos movimentos sociais em Natal não se apresentam enquanto *tipos ideais* (puros) quando da análise referente às características dos movimentos sociais na contemporaneidade. Por vezes, as entrevistas indicaram a ocorrência de alguns aspectos não exclusivos de um único modelo, como, por exemplo, a existência de uma base que, em alguma medida, se encontra articulada com sindicatos que, historicamente, defendem questões relacionadas aos direitos do trabalhador. De certa forma, pode-se dizer que os movimentos sociais contemporâneos no contexto de Natal, apresentam, em alguma medida, um caráter híbrido.

A entrada desses movimentos em cena se deu por motivos diversos e legítimos, embora se deva reconhecer que a atuação dos grupos apresentam capilaridades e impactos variados, o que leva ao questionamento de aspectos relacionados à própria manutenção dos mesmos na cena urbana de Natal. Haverá necessidade de ampliar e/ou renovar suas agendas de trabalho? Quais as características que os novos e novíssimos movimentos identificados em Natal manterão ou abandonarão?

Por fim, resta claro que é fundamental que as pesquisas continuem observando a trajetória evolutiva desses movimentos, a fim de elucidar questões ainda obscuras e também identificar a capacidade que os novos e os novíssimos movimentos sociais têm de impactar na realidade da cidade, sobretudo na área da política urbana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos movimentos sociais urbanos em Natal, com destaque para o MLB, o LPJ, a APAC e o Comitê Popular, foi possível conferir algumas sinalizações quanto as suas características.

Com exceção do MLB, os demais adentraram na cena urbana da cidade do Natal nos últimos 05 anos, ou seja, ainda apresentam uma trajetória recente de luta por direitos. Além de possuírem uma militância relativamente jovem, os meios e formas de mobilização e articulação se encontram fortemente relacionados com a própria transformação dos meios de comunicação no globo, com destaque para o fortalecimento e a ampliação da capilaridade das mídias sociais no cotidiano das pessoas.

Apesar do reconhecido poder que a mídia possui, verificou-se que, no contexto de Natal, os referidos movimentos sociais recebem pouca atenção por parte da imprensa local, particularmente quando se trata da divulgação dos seus trabalhos e agendas de lutas e reivindicações. Vencer essa dificuldade pressupõe a existência uma forte capacidade de articulação para fazer com que chegue aos diversos cantos e recantos e aos diversos atores políticos e sociais, a agenda de luta dos movimentos sociais aqui estudados. Como ferramenta auxiliar tem-se a internet, de maneira particular as redes sociais, as quais não servem apenas para “comunicar”, mas para integrar e para viabilizar

o próprio processo de organização e sustentação dos grupos. Vale destacar que não só de internet vivem os novos e novíssimos movimentos sociais, isso porque a ação política deles também contempla o confronto direto, com destaque para as estratégias de ocupação fortemente realizadas pelo MLB.

Identificou-se ainda, duas tendências vinculadas a projetos políticos distintos. Enquanto o MLB e o Levante Popular da Juventude apresentam intenções de rompimento com o que está colocado hoje, sinalizando para a perspectiva de construção de uma nova sociabilidade, a APAC e o Comitê Popular demonstram ligar-se a uma ideologia de participação, pautada na lógica no associativismo, na qual a sociedade precisa se organizar para buscar meios necessários à resolução de problemas mais imediatos. Considera-se, assim, que esses dois últimos movimentos possuem uma ideologia e um projeto político críticos à atual lógica societária, mas não incorporam a perspectiva de superação desta ordem em sua proposta política (GUIMARÃES, 2013).

Por fim, quando se consideram questões relacionadas às estratégias de mobilização, às possíveis rupturas na trajetória dos movimentos e às características de sua matriz ideológica verifica-se que os 04 grupos aqui estudados ainda se encontram em processo formativo, particularmente os classificados como novíssimos: o LPJ, a APAC e o Comitê Popular. O caráter híbrido deles é um aspecto que os aproxima de uma combinação de modelos, de modo particular aqueles abordados por Gohn (2017).

De forma geral, embora os movimentos se coloquem como apolíticos, verificou-se a existência de uma base de sustentação que os aproxima mais do ideário dos partidos de esquerda, como por exemplo, o PSOL, o PCdoB e o Partido Revolucionário.

De qualquer forma, são movimentos que surgiram na cidade do Natal no período recente, mas que já conseguem realizar, de forma exitosa, algumas ações programáticas, inclusive ganhando destaque no cenário local e nacional, conforme ocorrido no período da realização da Copa do Mundo de 2014. Ou seja, são movimentos que possuem certo potencial para avançar nas lutas em torno da democratização da democracia, quando as lutas deixam de ser em torno de uma única bandeira, mas sim da busca pela efetivação dos direitos de cidadania, ainda tão caros no Brasil. Os movimentos estudados entraram na

cena urbana de Natal e foram vistos, mas ainda precisam ganhar densidade para poder avançar na construção de uma cidade, e de uma sociedade, que seja mais justa e humana, em todos os sentidos.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?**. 2011.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Movimentos sociais e organização popular em Natal-RN: enquanto morar for privilégio**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2013.

PINTO, Celi R. J. Movimentos Sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PRECIADO, Jaime; UC, Pablo. As geografias do poder dos movimentos sociais em um período de crise. In GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUTO MAIOR, Jorge L. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.